

Defensoria Pública de Minas é parceira em programa de conciliação para retomada de obras

Destrava Minas, lançado pelo TJMG, tem o objetivo de dar solução a entraves jurídicos que impedem a execução de obras paralisadas

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) é uma das signatárias do programa Destrava Minas, lançado na segunda-feira (22/2) pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O programa integra esforços interinstitucionais para desemperrar entraves que impedem a retomada de obras públicas, paralisadas por problemas estruturais e/ou ambientais e que impactam o desenvolvimento econômico e social do Estado.

A parceria foi formalizada com assinatura de uma Portaria Conjunta, instituindo um Comitê Interinstitucional. Além da DPMG e do TJMG, são signatários o Governo do Estado, Tribunal de Contas, Advocacia-Geral do Estado e Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais.

[CONTINUA NA PÁGINA 2](#)

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, assina a Portaria Conjunta

DPMG promove workshop interno sobre atuação da Instituição na tragédia de Brumadinho



Na quarta-feira (24/2), a Defensoria Pública de Minas Gerais promoveu o workshop interno “A experiência de Brumadinho – Construção de reparação e participação”, com a participação, na abertura, do defensor público-geral Gério Patrocínio Soares e da chefe de Gabinete Raquel Dias. No evento, os defensores públicos Felipe Soledade, Aylton Rodrigues Magalhães, Antônio Lopes de Carvalho Filho, Carolina Morishita, entre outros, trocaram ideias e sugestões relativas ao potencial multiplicador da metodologia de atuação no caso de Brumadinho.

[PÁGINA 2](#)

STJ decide que juiz não pode converter prisão em flagrante em preventiva sem pedido do Ministério Público

[PÁGINA 6](#)

Defensora pública mineira é entrevistada pelo projeto 'Histórias de Defensor(a) – casos e narrativas de sangue verde'

[PÁGINA 6](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO:

> Mundo oficial [PÁGINAS 2 e 3](#)

> Ações em destaque | Na mídia

TJMG acolhe parcialmente ação da DPMG e anula cobrança de diárias de veículos apreendidos em Ribeirão das Neves [PÁGINA 3 a 6](#)

> Escola Superior [PÁGINA 7 e 8](#)

> Procedimentos e comunicados internos [PÁGINA 9](#)

CONTINUAÇÃO DA CAPA:

DPMG é parceira em programa de conciliação para retomada de obras

O Comitê Interinstitucional será responsável pelo mapeamento de obras paralisadas no Estado e pela adoção de medidas para que elas sejam retomadas. A Advocacia Geral do Estado irá coordenar as atividades de pesquisa e levantamento de decisões judiciais liminares proferidas, no âmbito do TJMG, que tenham suspenso obras públicas. Os casos serão encaminhados aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cida-

dania (Cejuscs), que chamarão as partes para dialogar e chegar a um consenso.

A iniciativa vai solucionar, de forma pacífica, e a partir do diálogo entre as partes, os conflitos judiciais envolvendo obras públicas paralisadas. O fim do impasse, em cada um dos casos, permitirá a retomada dos empreendimentos, injetando recursos na economia e contribuindo para a geração de emprego, renda e no desenvolvimento do Estado.

O comitê interinstitucional será presidido pelo desembargador Gilson Soares Lemes, presidente do TJMG. Pelo Governo do Estado, o comitê terá representantes da Secretaria-Geral do Estado (Segov), da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e da Advocacia-Geral do Estado (AGE). Também integram o grupo representantes da Presidência do Tribunal de Contas do Estado, da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais e da Defensoria Pública mineira.

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Com informações do TJMG



MUNDO OFICIAL

Defensoria Pública de Minas Gerais participa de solenidade de adesão do TJMG ao Programa Fazendo Justiça

Na quinta-feira (25/2), o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição na cerimônia em que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) celebraram Termo de Cooperação Técnica por meio do qual o Judiciário mineiro aderiu ao programa Fazendo Justiça. Foi assinado também acordo, entre as duas instituições e a Prefeitura de Alfenas, para a implantação de um Escritório Social na comarca.

O Programa Fazendo Justiça é uma parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com vistas à superação de desafios históricos que caracterizam a questão criminal, as prisões brasileiras e o sistema socioeducativo. O Programa tem o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

O Escritório Social é um equipamento público de gestão compartilhada, entre os Poderes Judiciário e Executivo, e tem como missão acolher e encaminhar pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares para as

políticas públicas já existentes, articulando uma política intersetorial e interinstitucional de inclusão que se correlaciona e demanda iniciativas de diferentes políticas públicas estaduais e municipais, além de sistemas e atores da sociedade civil. O termo de cooperação para implantação do Escritório Social na comarca de Alfenas selou oficialmente a parceria, uma vez que o equipamento já se encontra em pleno funcionamento na comarca.

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



MUNDO OFICIAL

Chefe de Gabinete representa a DPMG em cerimônia de entrega de veículos para a segurança pública

A chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, representou a Instituição na solenidade em que o governador Romeu Zema fez a entrega via-

Foto: Pedro Gontijo/Imprensa MG



A chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias (ao centro), participou da entrega das viaturas feita pelo governador Romeu Zema

turas para reforçar a segurança pública nos municípios mineiros. O evento aconteceu na sexta-feira (26/2), na Cidade Administrativa.

Foram entregues 645 unidades, entre automóveis e motocicletas, que serão usados pela Polícia Militar de Minas Gerais. Os veículos foram adquiridos por meio de recursos de emendas parlamentares federais e estaduais e de convênios com o Fundo Nacional de Segurança Pública, Departamento de Polícia Rodoviária Federal e municípios, totalizando investimento de cerca de R\$ 60 milhões.

Durante o evento, o governador Romeu Zema destacou que a parceria e o alinhamento com as instituições, entre elas a Defensoria Pública de Minas Gerais, e os Poderes vêm conquistando importantes resultados na segurança pública do estado. “Estas emendas parlamentares estão se tornando equipamentos de segurança. O resultado está espelhado em índices de criminalidade menores ano a ano”, disse o governador em seu pronunciamento.



AÇÕES EM DESTAQUE

1ª Reunião da Rede Mineira de Integridade definiu 4 ações prioritárias para 2021

Ações visam fortalecer a construção da cultura de integridade no Estado de Minas Gerais. Defensoria de Minas integra iniciativa

Foi realizada na quarta-feira (24/2) a 1ª Reunião Ordinária da Rede Mineira de Integridade (RMI), constituída no fim do ano passado com o objetivo de fortalecer a construção de uma sociedade mais íntegra, justa e sustentável.

Na reunião, que teve o propósito de desenvolver um plano de ação a ser desenvolvido conjuntamente pelos membros da rede ao longo deste ano, foram definidas 4 ações prioritárias.

A Defensoria Pública de Minas Gerais integra a rede, juntamente com o Governo do Estado, por meio da Controladoria-Geral do Estado, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais, Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.

O assessor de Planejamento e Infraestrutura da DPMG, defensor público Rafael de Freitas Cunha Lins, representou a Instituição no encontro, juntamente com o auditor interno João Gabriel de Melo Alves.

“Esse primeiro encontro foi importante para a apresentação dos representantes de cada Poder e Instituição que compõe a Rede Mineira de Integridade e para o planejamento dos trabalhos que ocorrerão ao longo deste ano. A união de esforços e o compartilhamento de boas práticas para o incremento da cultura da integridade, ética e transparência na Administração Pública certamente implicarão a melhoria do serviço ao cidadão”, afirmou o defensor público Rafael Cunha Lins.

[Leia a matéria na íntegra](#)

[Saiba mais sobre a Rede Mineira de Integridade](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Novos defensores públicos recebem visita da PMMG no interior

Objetivo é promover a aproximação interinstitucional, facilitando o contato profissional e estabelecendo uma ponte direta entre os dois órgãos

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) tem promovido, ao longo deste mês de fevereiro, encontros entre as defensoras e defensores públicos recém-empossados, designados para atuação no interior, e os comandantes locais da Polícia Militar.

A articulação tem sido intermediada pela Assessoria Militar da DPMG, por meio do assessor militar da Instituição, tenente coronel PM William de Oliveira Machado.

Como resultado, novos defensores lotados no interior já estão recebendo a visita de representantes da Polícia Militar. No total, a iniciativa vai alcançar 16 unidades da DPMG: Januária, Governador Valadares, Ipatinga, João Monlevade, Teófilo Otoni, Novo Cruzeiro, Guanhães, São João da Ponte, Montes Claros, Francisco Sá, Pirapora, Caratinga, Abre Campo, Curvelo, Ubá, Ponte Nova.

O objetivo, além da aproximação interinstitucional, é facilitar o contato profissional e estabelecer uma ponte direta entre os dois órgãos, criando uma via de comunicação mais rápida entre o defensor público e o comando da unidade local da PMMG.

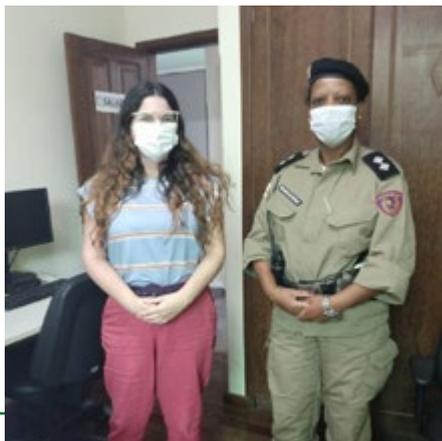
A iniciativa colabora na consolidação do compromisso da Defensoria Pública e da Polícia Militar de Minas Gerais em trabalharem juntas, em prol da população mineira.

João Monlevade – A unidade da DPMG em João Monlevade é uma das que já recebeu a visita da Polícia Militar. Para a defensora pública Jessica Rayllane Alencar Guimarães (ao lado do tenente Graça), “a iniciativa foi excelente e certamente agregará valor à parceria já existente entre a Defensoria e a PMMG, principalmente na defesa dos direitos humanos e dos grupos vulneráveis”.

Montes Claros – O defensor público Lucas Aparecido Alves Nunes, acompanhado pelo capitão Ibernnon e pelo tenente Gildo, destaca pontos comuns entre as duas instituições. “A Polícia Militar, assim como a Defensoria Pública, lida diária e pessoalmente com o cidadão mineiro. Somos o contato estatal de vanguarda com o público e temos esse contato olho no olho para ouvir os anseios da população”, salientou.

Teófilo Otoni – Encontro entre as defensoras públicas Lígia Olimpo e Giulia Gonzalez, o comandante do 19º BPM, tenente coronel Rafael Duarte Muniz, o prefeito Daniel Sucupira, os magistrados Emerson Chaves e Barbara Lívio, o promotor de Justiça Bernardo Drumont e a advogada Maria Beatriz Cunha possibilitou a estruturação do Grupo de Trabalho de Prevenção e Repressão à Violência Doméstica. Integrado pelo Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Civil, Ordem dos Advogados do Brasil e Prefeitura de Teófilo Otoni, o grupo tem intenção de traçar estratégias para subsidiar um plano de ação para que de forma interagida possam reduzir a incidência da violência doméstica no município e região.

Curvelo – A defensora pública Ana Flavia de Sousa e o defensor João Otávio Santiago Martelleto visitaram o 42º BPM, onde foram recebidos pelo comandante do Batalhão, tenente coronel Marcos Eliezer das Dores. No encontro, o comandante apresentou os resultados do trabalho estratégico desenvolvido pela corporação na região e as duas instituições reafirmaram o compromisso e a disponibilidade de apoio mútuo para melhor servir a população.



A partir da esquerda, a defensora pública Jessica Rayllane Alencar Guimarães e a tenente Graça, durante visita à unidade da DPMG em João Monlevade. Ao lado, o defensor público Lucas Aparecido Alves Nunes acompanhado pelo capitão Ibernnon e pelo tenente Gildo, em Montes Claros

AÇÕES EM DESTAQUE

TJMG acolhe parcialmente ação da DPMG e anula cobrança de diárias de veículos apreendidos em Ribeirão das Neves

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) julgou parcialmente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº 1.0000.18.048333-1/000 proposta pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), em face de dispositivos do Código Tributário de Ribeirão das Neves, que instituíram a “taxa de serviço de remoção e guarda de veículos” apreendidos em pátio municipal, e as “taxas de serviços administrativos”.

A então defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, apontou inconstitucionalidade parcial do inciso III, do art. 203 do referido diploma que, ao permitir a cobrança de diárias até o dia da liberação do veículo – contrariando o Código de Trânsito Brasileiro – usurpou a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte (art. 22, XI, CF).

A prática irregular consiste em cobrar dos proprietários dos veículos, indefinidamente, a taxa mensal, ignorando duas normas do Código de Trânsito Brasileiro: a que determina o leilão em até 90 dias e a outra que impede cobrança de diárias de modo indefinido. A situação provoca aberrações, como casos de veículo apreendido em Ribeirão das Neves cuja dívida ultrapassa R\$ 70 mil em taxas.

À unanimidade, o TJMG declarou a inconstitucionalidade da expressão “até o dia da liberação”, reputando nulas as cobranças de diárias superiores a 30 dias anteriores a 4 de março de 2016 (art. 262, do CTB), e superiores a seis meses após tal período (art. 271, §10 do CTB).

Foi declarada, ainda, a inconstitucionalidade da cobrança de taxas para “apresentação de petição e documentos dependentes de apreciação, providências ou despachos pelas autoridades municipais”.

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, enfatizou que o direito de petição tem forte conotação democrático-participativa, ressaltando-o do pagamento de tributos, ainda que se trate de serviço inserido nas rotinas da administração pública.

Para o defensor público Gustavo Dayrell, que colaborou na realização da petição inicial e sustentação oral, “a decisão, além de beneficiar centenas de pessoas, é também importante precedente para as ações civis públicas que discutem o tema em âmbito estadual”.

A decisão, que mostra a forma certa de cobrar a taxa, abre precedentes, podendo servir como exemplo para outros julgamentos similares.

A Defensoria Pública de Minas Gerais aguarda manifestação definitiva do Tribunal de Justiça mineiro sobre ação coletiva ajuizada contra instrução normativa do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG), que também contraria o Código de Trânsito Brasileiro. A decisão abrangerá todo o estado.

[Clique aqui para ler a petição inicial e aqui para acessar o acórdão da ADI 1.0000.18.048333-1/000.](#)



NA MÍDIA

Justiça anula diárias indevidas sobre carros apreendidos em Ribeirão das Neves

[Portal Jornal O Tempo](#)

Corregedoria-Geral da DPMG fará correição ordinária na 29ª Defensoria Pública Cível em Belo Horizonte

A Corregedoria-Geral informa que irá instalar e realizar correição ordinária 29ª Defensoria Pública Cível de Belo Horizonte, a partir das 9 horas do dia 15 de março de 2021. A sessão será aberta à participação dos defensores públicos, magistrados, promotores de

Justiça, serventuários, demais autoridades, assistidos e interessados em geral. Na oportunidade, serão recebidas sugestões e eventuais reclamações sobre as atividades dos membros da Instituição.

[Clique aqui para ver o edital.](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

STJ decide que juiz não pode converter prisão em flagrante em preventiva sem pedido do Ministério Público

Defensoria Pública de Minas Gerais fez a sustentação da tese, representando o GAETS, durante julgamento de HC. Resultado configura importante vitória das Defensorias e pacifica questão

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em votação majoritária, decidiu na quarta-feira (24/2) que o Juízo não pode efetuar, de ofício, a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva. Neste caso, deverá analisar, inicialmente, pedido do Ministério Público para tomar a decisão.

A decisão, tomada em julgamento de *habeas corpus* patrocinado pela Defensoria Pública de Goiás, pacifica uma questão que vinha gerando polêmica, principalmente durante a pandemia de Covid-19, em que as audiências de custódias foram suspensas, dificultando a atuação em defesa dos acusados. O resultado dirimiu uma importante divergência entre a Quinta e Sexta Turmas do STJ, que versava sobre a (im)possibilidade de conversão, de ofício, da prisão em flagrante em prisão preventiva.

O GAETS – Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital foi admitido como *amicus curie* no HC e, na primeira sessão para julgar o caso, ocorrida em 9 de dezembro de 2020, a Defensoria Pública de Minas Gerais, representando o GAETS, realizou a sustentação oral da tese também defendida pelo HC. Na ocasião, o julgamento foi interrompido por um pedido de vista. No dia 24/2, com a retomada da votação, prevaleceu a posição defendida pelo GAETS e pela DMPG.

Para além da situação jurídica do paciente no HC, a

decisão do STJ reafirma as alterações promovidas pelo chamado “pacote anticrime” e fortalece o sistema acusatório adotado pela Constituição Federal de 1988, preservando a imparcialidade do juiz e garantindo a todo e qualquer acusado não ser preso sem provocação do Ministério Público. Os ministros, por maioria, entenderam que as novas disposições não permitem a conversão de ofício sem prévio requerimento do MP ou da autoridade policial. No HC julgado, o paciente foi preso em flagrante por ter, supostamente, praticado o crime previsto no art. 33, caput, da Lei 11.343/06, de tráfico de drogas, sendo convertida de ofício pelo juiz em prisão preventiva. O TJ/GO manteve a custódia cautelar por entender que não houve ilegalidade da prisão preventiva.

[Leia matéria na íntegra](#)

NA MÍDIA

STJ decide que juiz não pode converter prisão em flagrante em preventiva sem pedido do Ministério Público

[Portal CNJ](#)

Defensorias Públicas enviam ofício ao Ministério da Saúde pedindo explicações sobre vacinação de gestantes

[Papo de Mãe](#)



Defensora pública mineira é entrevistada pelo projeto “Histórias de Defensor(a) – casos e narrativas de sangue verde”

Na entrevista, a defensora pública Adriana Pereira, em atuação em Brasília, fala sobre o trabalho desenvolvido pelo GAETS

A defensora pública de Minas Gerais, Adriana Patrícia Campos Pereira, do Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores, em Brasília, é uma das entrevistadas do projeto “Histórias de Defensor(a) – casos e narrativas de sangue verde”, desenvolvido pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP). O outro convidado é o defensor público de São Paulo, Rafael Muneratti, também em atuação no Distrito Federal.

Na entrevista, os defensores falam sobre o Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Esta-

duais e Distrital nos Tribunais Superiores (GAETS), criado pelas Defensorias Públicas estaduais com o objetivo de tornar acessíveis os Tribunais Superiores às pessoas em situação de vulnerabilidade e que não possuem condições financeiras para arcar com um advogado particular. Adriana Pereira e Rafael Muneratti falam também sobre a formação do GAETS, o trabalho no dia a dia, a participação em ações, entre outros temas.

A entrevista está disponível no site da ANADEP.

[Para acessar, clique aqui.](#)

ESCOLA SUPERIOR

CONTINUAÇÃO DA CAPA

Defensoria Pública de Minas Gerais promove workshop interno sobre atuação da Instituição na tragédia de Brumadinho

Na quarta-feira (24/2), a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) promoveu o workshop interno “A experiência de Brumadinho – Construção de reparação e participação”. O evento, que foi promovido de forma virtual pela Escola Superior (Esdep), teve como objetivo fornecer às defensoras e defensores públicos um panorama da complexa e inovadora atuação da Defensoria Pública mineira desde as primeiras horas após o rompimento da barragem da Mina do Feijão.

As apresentações versaram sobre os acordos de indenização extrajudicial fechados com o apoio jurídico

da Instituição, o acordo coletivo firmado recentemente e também sobre o atendimento imediato, constante e efetivo aos atingidos.

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, abriu o encontro agradecendo e reconhecendo o valoroso trabalho realizado pelas defensoras e defensores públicos, que “elevou o nome da nossa Instituição”. A vocação da Defensoria Pública para promover o diálogo e a construção de soluções foi enfatizada pelo defensor-geral, assim como sua importância no Sistema de Justiça.

A capacidade de diálogo também foi apontada pela chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, como um diferencial da Instituição, destacando ainda o trabalho excepcional das defensoras e defensores públicos e a sintonia da atuação do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise com a política institucional da DPMG.

Participaram também defensores públicos Felipe Soledade, Aylton Rodrigues Magalhães, e Antônio Lopes de Carvalho Filho, a defensora Carolina Morishita, entre outros, que trocaram ideias e sugestões relativas ao potencial multiplicador da metodologia de atuação da DPMG no caso de Brumadinho.

Foto: Claudinei Souza/DPMG



Defensor-geral Gério Soares e a chefe de Gabinete Raquel Dias

[Leia a matéria da íntegra](#)

Esdep MG promove debate sobre entrega voluntária para adoção

Está disponível no canal do YouTube da Defensoria Pública de Minas Gerais (c/defensoriamineira) o debate online sobre o tema “Entrega voluntária para adoção: um direito da mulher e da criança”, promovido pela Escola Superior da DPMG (Esdep MG), no dia 24 de fevereiro.

O evento teve a participação, como palestrantes, do juiz da Vara da Infância e Juventude de Uberlândia e membro da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do TJMG, José Roberto Poiani; da assistente social do TJMG, Angélica Gomes da Silva; da psicóloga Nicolli Villaverde; e da assistente social judicial da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, Sandra de Fátima Deslandes.

Participaram como debatedores o juiz e a promotora da Infância e Juventude de Belo Horizonte, José Honório de Rezende e Matilde Fazendeiro Patente; o diretor de Proteção Social Especial da Subsecretaria de Assistência Social

da Prefeitura de BH, Regis Spíndola; e a representante da Secretaria Municipal de Saúde, Renata Mascarenhas.

A defensora pública Daniele Bellettato Nesrala, em atuação na Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível (Deinj-Cível), foi a mediadora do debate.

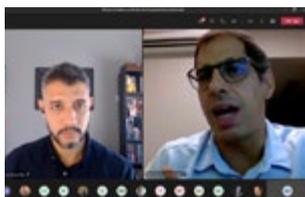
[Clique aqui para acessar a palestra no nosso canal.](#)



ESCOLA SUPERIOR

Defensores públicos debatem sobre saúde pública nos Tribunais Superiores em evento virtual da Defensoria de Minas Gerais

“O direito à saúde na interpretação dos Tribunais Superiores” foi o tema do debate promovido, na sexta-feira (26/2), pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep).



O encontro virtual foi voltado para as defensoras e defensores públicos da Instituição e teve como objetivo a troca de experiências e o alinhamento do trabalho desenvolvido nas 1ª e 2ª instâncias, com vistas à atuação estratégica, buscando garantir o acesso à saúde para os assistidos da DPMG.

A abertura do evento ficou por conta da coordenadora da Defensoria Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores – Direito Público, Marta Juliana Marques Rosado Ferraz. Sob a condução do defensor público Alfredo Emanuel Farias de Oliveira, as apresentações contaram com a participação de defensoras e defensores públicos de Minas Gerais, São Paulo e Amazonas.

Próximo encontro – No dia 5 de março, o tema geral do debate será “A questão probatória no direito à saúde e os seus aspectos práticos”.

“Drops dos Tribunais”

Durante o evento virtual, a coordenadora do Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores da DPMG, defensora pública Adriana Patrícia Campos Pereira, fez o lançamento da edição de fevereiro do informativo “Drops dos Tribunais”. Esta edição traz decisões dos Tribunais Superiores e do TJMG, pertinentes à atuação da DPMG, relacionadas exclusivamente à área da saúde.

[Clique aqui para ler.](#)

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

GABINETE

Informação sobre instabilidade do SEEU

A Defensoria Pública-Geral informa que desde o início da instabilidade do SEEU, em 12/02/2021, vem mantendo contato direto e ininterrupto com a equipe técnica do TJMG responsável pelo sistema. Diante da persistência da instabilidade, na presente data, também foi oficiado o Tribunal de Justiça com a solicitação de suspensão dos prazos processuais desde 12/02/2021.

A Defensoria Pública-Geral continuará acompanhando a situação e permanece à disposição de todos(as).

Fonte: Assessoria Institucional (23/02/2021)

Abertura de consulta para cooperação voluntária e temporária da 1ª Defensoria dos Juizados – Juizado Especial da Fazenda Pública

A Resolução nº 75/2021, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais de 23/2/2021, dispõe sobre abertura de consulta para interessados em participar de cooperação voluntária e temporária da 1ª Defensoria dos Juizados — Juizado Especial da Fazenda Pública, nas demandas que envolvem direito de saúde em processos em tramitação perante a Turma Recursal.

[Clique aqui para ler a Resolução nº 75/2021.](#)

Certificação digital para o peticionamento eletrônico

[Resolução 077/2021, de 24/02/2021](#)

CONSELHO SUPERIOR / DPG

Câmaras de Estudos

Altera a Deliberação nº 110/2019, para modificar a redação do art. 5º e seguintes, que dispõem sobre as Câmaras de Estudos, e revoga a Deliberação nº 154/2020

[Deliberação 160/2021, DO 29/01/2021](#)

Lista de antiguidade dos defensores públicos

Lista apurada até 31/01/2021, bem como a relação de vagas no quadro de cargos que serão providas em conformidade com o artigo 59 da LC nº 65/2003.

[Resolução 072/2021 \(DO 20/02/2021\)](#)

Aprovação da lista

[Deliberação nº 161/2021, de 20/02/21](#)

ESCOLA SUPERIOR

Esdep sorteará vagas para Curso Equilíbrio Emocional no TJMG

A Esdep vai sortear 30 vagas para defensoras e defensores públicos interessados em participar do Curso Equilíbrio Emocional, que será promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O curso será no período de 14 de abril a 12 de maio de 2021, na modalidade a distância, com carga horária de 20 horas.

A capacitação terá o seguinte conteúdo programático: O que é Dimensão Afetiva? Mapeando minha Dimensão Afetiva. O que é Dimensão Cognitiva? Conceitos de Sistemas da Dimensão Cognitiva. Mapeando minha Dimensão Cognitiva. Regulação/modulação emocional. A Dimensão Afetiva do outro.

Interessados no sorteio das vagas devem se inscrever até 9/3/2021. Para concorrer, enviar nome completo, telefone e comarca para o e-mail: sorteioscapitacao@defensoria.mg.def.br. O sorteio será no dia 10/3.

SGPSO INFORMA

Disponibilização de informe de rendimentos para declaração do IR 2021

A Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional comunica que os Informes de Rendimentos – ano base 2020, para Declaração do Imposto de Renda – 2021, estão disponíveis.

SRLI/DPA INFORMA

Modelo de requisição de materiais de consumo atualizado

A Diretoria de Patrimônio e Almojarifado comunica que está disponível na intranet o modelo atualizado para requisição de materiais de consumo.

Somente serão atendidas as solicitações no novo formulário.

Para acessá-lo vá em INTRANET > DIRETORIA DE PATRIMÔNIO E ALMOJARIFADO > NORMAS E PROCEDIMENTOS > MODELO DE REQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO.